



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
RONDÔNIA

*CAMPUS VILHENA*

CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

**A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Potenciando a  
Aprendizagem**

KELLI DE PAULA SANTOS

VILHENA-RO 2024

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
RONDÔNIA

KELLI DE PAULA SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Potenciando a  
Aprendizagem**

Trabalho de Conclusão do curso desenvolvido  
no curso de Licenciatura em Matemática do  
Instituto Federal de Educação e Tecnologia de  
Rondônia – *Campus Vilhena*, realizado em  
cumprimento de requisito para obtenção do  
título de Licenciada em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Edilberto Fernandes  
Syrczyk

VILHENA-RO 2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Santos, Kelli de Paula.

A importância da capacitação dos profissionais do atendimento educacional especializado: potencializando aprendizagem / Kelli de Paula Santos, Vilhena-RO, 2024.

31 f.

Orientador(a): Dr. Edilberto Fernandes Syrczyk.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena-RO, 2024.

1. Formação continuada. 2. Atendimento educacional especializado. 3. Ensino de matemática. 4. Educação matemática. I. Syrczyk, Edilberto Fernandes (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321 (Campus Vilhena)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
Vilhena - Código INEP: 11107804  
Rodovia BR 174, KM 3, CEP 76982-270, Vilhena (RO)  
CNPJ: 10.817.343/0003-69 - Telefone: 69 2101-0703

## ATA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO

Na data 12/09/2024 realizou-se a sessão pública de defesa do Artigo Científico intitulada **A importância da capacitação dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado**, apresentada pela aluna **Kelli de Paula Santos (2020105027009-5)** do Curso **Licenciatura em Matemática (Vilhena)**. Os trabalhos foram iniciados às **09:00** pelo Professor **Edilberto Fernandes Syrczyk** presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Edilberto Fernandes Syrczyk** (Orientador)
- **Jose Inildo Alencar** (Examinador Interno)
- **Vera Lucia Ribeiro de Azevedo** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Artigo Científico, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

[X] APROVADO

Nota: 80

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Edilberto Fernandes Syrczyk** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

VILHENA / RO, 12/09/2024

---

Documento assinado eletronicamente por **Kelli de Paula Santos**, Discente, em 12/09/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **Edilberto Fernandes Syrczyk**, Orientador, em 13/09/2024, às 09:24, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **Jose Inildo Alencar**, Examinador Interno, em 12/09/2024, às 11:33, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Ribeiro de Azevedo**, Examinador Interno, em 13/09/2024, às 09:39, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a importância da capacitação dos profissionais que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Colorado do Oeste, no estado de Rondônia. Abordaremos a sala multifuncional e o AEE, aspectos relacionados à inclusão e a capacitação dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado, sua importância, como a capacitação dos professores impacta o ensino, e se todos esses profissionais têm acesso a essa capacitação. A pesquisa de campo trará uma abordagem empírica que envolve os educadores, juntamente com aspectos teóricos já explorados por outros pesquisadores, na perspectiva da melhoria do ensino especializado. A pesquisa é de natureza qualitativa e utilizará como instrumento de coleta de dados entrevistas com professores. Concluiremos com uma visão geral sobre o amparo que as leis oferecem em relação ao ensino especializado.

**PALAVRAS-CHAVE:** formação continuada, Atendimento Educacional Especializado, ensino de matemática, educação matemática.

## **ABSTRACT**

This research aims to discuss the importance of training professionals who work in Specialized Educational Service (SES) in the municipality of Colorado do Oeste, in the state of Rondônia. We will address the multifunctional room and the AEE, aspects related to the inclusion and training of professionals who work in Specialized Educational Services, Their importance, how teacher training impacts teaching, and whether all these professionals have access to this training. The field research will bring an empirical approach that involves educators, along with theoretical aspects already explored by other researchers, from the perspective of improving specialized teaching. The research is qualitative in nature and will use interviews with teachers as a data collection instrument. We will conclude with an overview of the protection that the laws offer in relation to specialized education.

**Keywords:** continuing education, Specialized Educational Service, mathematics teaching, mathematic education.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. METODOLOGIA.....	10
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	11
3.1. Quais as atribuições do AEE e seus aspectos de inclusão.....	11
3.2. Quem faz parte do Atendimento Educacional Especializado .....	14
3.3. Dimensionamento da quantidade de profissionais envolvidos no processo de formação de AEE.....	16
3.4. Relacionando a formação dos Professores em AEE com sua atividade fim .....	18
3.5. Aspectos Legais e políticas públicas .....	20
4. DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre a importância da capacitação dos profissionais atuantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o objetivo dessa pesquisa é apresentar a melhoria que a capacitação dos professores do atendimento especializado provoca na educação dos alunos com necessidades especiais.

A pesquisa de campo tem uma abordagem qualitativa, foi realizada pesquisa bibliográfica e contou uma coleta de dados por meio de entrevistas com os professores do Atendimento Educacional Especializado de duas escolas municipais de Colorado do Oeste – RO.

O processo de realização desta pesquisa foi tomado através de uma matéria durante o período da graduação de Licenciatura em Matemática na oficina de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, onde foi trabalhado e desenvolvido discussões em relação a educação e tipificações de inclusão.

Importante destacar que todo o processo de problematização desse trabalho, que culminou com uma investigação em campo, emergiu a partir do conjunto de discussões, reflexões e práticas de cunho pedagógico desenvolvidas em diferentes disciplinas cursadas na graduação em licenciatura em Matemática, sobretudo nos componentes curriculares relacionados às tendências em Educação Matemática como, Metodologia do ensino da Matemática, Didática, Oficina de materiais pedagógicos, Pesquisa em Educação Matemática e Instrumentação para elaboração do trabalho científico I e II, inclusive as etapas de execução da pesquisa, que são avaliativas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, afirma o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, recebendo se necessário o Atendimento Educacional Especializado.

Segundo Sasaki (1997), inclusão é algo que trata como :

“um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais

e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.”(Sassaki,1997).

Nesse sentido, percebe-se uma concepção de inclusão relacionada à área de educação.

De acordo com as leis de inclusão, alunos com qualquer tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação precisam estar na escola, o professor que trabalha o ensino especial e o que trabalha no ensino regular precisam entender como melhorar o ensino desse aluno para que a escola em conjunto possa proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva aos alunos no meio educacional e social.

A sala multifuncional do atendimento especializado é um ambiente preparado para receber alunos com necessidades especiais, e é fundamental para os alunos que necessitam de um apoio ao ensino regular, nela devem trabalhar profissionais capacitados nas áreas específicas que a instituição atende para assim contribuir para a melhoria do aprendizado.

A abordagem dos professores que atendem na sala multifuncional com a matemática para os alunos com necessidades especiais é diferenciada do ensino regular, devido às necessidades específicas de cada aluno. É evidente que a aprendizagem da matemática é fundamental para o desenvolvimento de habilidades práticas do dia a dia, sendo essencial para realizar ações no contexto social, como fazer compras em uma loja ou mercado.

Sendo assim o papel do professor é desempenhar que os alunos portadores de necessidades especiais possam desenvolver a matemática básica em sua convivência na sociedade. E para isso ocorrer da melhor forma a capacitação de cada profissional atuante, exige que a escola ofereça melhores abordagens de ensino e assim apresentando ao aluno maneiras com que possa lidar com suas necessidades e transformando sua capacidade de desempenhar tais atividades.

Este trabalho é relevante por abordar a importância que traz a capacitação dos profissionais que trabalham no atendimento especializado e como a inclusão

deve ser crucial para que os alunos possam tanto ter um ensino de qualidade quanto utilizar a matemática lógica no meio social.

Conforme o problema da pesquisa, que consiste em investigar o ambiente do Atendimento Educacional Especializado, busca-se compreender como os professores do atendimento especializado abordam o ensino especializado, se estão capacitados para trabalhar com o desenvolvimento desses alunos e como as metodologias são aplicadas. No corpo da pesquisa, esses pontos são relatados, alinhados ao objetivo geral de verificar o trabalho dos professores capacitados que atuam no ambiente educacional especializado, utilizando a matemática lógica.

## 2. METODOLOGIA

De acordo com as classificações propostas pelo autor:

“A análise quantitativa é menos formal do que a análise qualitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.” (Gil, 1946).

É possível reconhecer esta pesquisa como de natureza qualitativa, que, além de contar com considerável investigação bibliográfica, faz uso de diversos documentos legais como instrumentos de geração de dados. É possível identificar esta pesquisa quanto a sua tipificação como pesquisa ação.

Foi possível analisar três artigos científicos recolhidos via sites de revistas indexadas tratando sobre Atendimento educacional especializado (AEE). Também foi possível realizar investigação detalhada a partir de três livros de base que tratam sobre o atendimento especializado, além de documentos legais e dados estatísticos específicos da região e do município.

Os professores que estão atuando com os alunos da sala multifuncional, foram entrevistados e os dados coletados aparecem em um quadro no corpo da pesquisa. Estes professores do Atendimento Educacional Especializado foram

incluídos na pesquisa devido a sua formação de educação inclusiva para trabalhar no ambiente da sala multifuncional.

A hipótese que entendemos ser plausível para esta investigação é que um maior número de profissionais capacitados nas áreas específicas contribui decisivamente para o aumento na oferta e na melhoria ao atendimento a alunos com necessidades educacionais específicas.

A partir da ideia de se trabalhar sobre a sala de Atendimento Educacional Especializado, esta pesquisa seguiu um delineamento no sentido de proceder a uma análise geral sobre os atendimentos educacionais especializados (AEE), nas escolas estaduais do município, no atual cenário de professores capacitados em correspondência a sua atividade fim, e sobre as leis que tratam sobre o ensino e abordagens diferenciadas para atendimento a esta modalidade de ensino.

Para fomentar a investigação é primordial apresentar o que se entende por aluno que necessita de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

### 3. REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1. Quais as atribuições do AEE e seus aspectos de inclusão

O atendimento educacional especializado faz parte de uma educação voltada para o ensino individualizado, atendendo alunos que possuem transtornos globais e Altas Habilidades e Superdotação e necessitam de adaptações conforme suas necessidades de aprendizagem. Os alunos que requerem ensino específico se matriculam no AEE, caso já possuam um laudo. Caso contrário, é realizada uma avaliação, seguida de encaminhamento médico. Com o laudo em mãos, é feita a matrícula do aluno, e o agendamento é realizado para o início do ensino especializado com um mentor.

De acordo com a Lei Federal nº 8.069 no art.54, as atribuições do profissional que trabalha com AEE (Atendimento Educacional Especializado) são: elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

A inclusão na escola refere-se à prática de garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações, tenham acesso igualitário à educação e participem ativamente do ambiente escolar. O objetivo é criar um ambiente que atenda às necessidades de todos os estudantes, promovendo a diversidade e respeitando as diferenças individuais.

Segundo a constituição federal de 1988 no art. 205 e 208 assegura sobre o direito de todos o ensino:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

.....  
.....

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda constitucional nº 59, de 2009)

.....  
§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação é universal, abrangendo todos os cidadãos. Neste contexto, é fundamental destacar a importância da inclusão educacional, especialmente no que se refere à atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dentro do ambiente de inclusão podemos abordar seis aspectos que revelam os pilares para a construção da base do Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- **Acesso igualitário:** Garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a todas as instalações, recursos e oportunidades educacionais disponíveis na escola. Isso pode envolver a adaptação de salas de aula, a disponibilidade de materiais acessíveis e a eliminação de barreiras físicas.

- **Apoio especializado:** São os monitores e mentores que trabalharam todo ensino especializado conforme as necessidades específicas individuais dos alunos.

- **Treinamento de professores:** Proporcionar treinamento contínuo para os educadores, capacitando-os a lidar eficazmente com a diversidade na sala de aula. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades para trabalhar com alunos com diferentes necessidades e estilos de aprendizagem.

- **Ambiente inclusivo:** Fomentar uma cultura escolar que celebre a diversidade e promova a acessibilidade e o respeito entre os alunos. Isso pode envolver atividades que promovam a conscientização sobre as deficiências, além de promover a amizade e a cooperação entre todos os estudantes.

- **Colaboração com os pais:** Envolver os pais dos alunos com deficiência no processo educacional, buscando sua participação ativa na elaboração e implementação de planos educacionais individuais (PEIs) <sup>1</sup> e promovendo uma parceria colaborativa entre escola e família.

A inclusão na escola visa criar um ambiente que respeite e valorize a singularidade de cada aluno, proporcionando a todos a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. Isso contribui não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a formação de cidadãos mais tolerantes e inclusivos na sociedade.

Mendes (2010), considera que:

[...] num primeiro momento, os indivíduos com necessidades educacionais especiais tiveram sua inserção garantida não apenas na legislação, mas na realidade, preferencialmente na classe comum das escolas públicas. Entretanto seria conveniente ressaltar que a mera inserção na classe comum não garante a educação de qualidade. A inclusão é um processo que leva tempo porque envolve além do acesso, a permanência e o sucesso na escola. (Mendes,2010)

---

<sup>1</sup>O conceito de (PEIs): Plano Educacional Individualizado é um instrumento de planejamento e acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um. Instrução Normativa nº 12, de 21 de dezembro de 2018

No mesmo sentido, Ainscow (2009) propõe uma tipologia para sua conceituação de inclusão, e caracteriza com base em cinco critérios:

[...] incluindo deficiência e necessidades educacionais especiais; inclusão para lidar com a exclusão disciplinar; inclusão de todos os grupos vulneráveis à exclusão; inclusão como forma de promover a escolarização para todos e inclusão como educação para todos. (Ainscow,2009)

De acordo com o Estatuto da criança e do Adolescente, no seu art.54, todos devem ter o direito de estudar e no paragrafo III assegura que os alunos portadores de deficiência devem obter um ensino especializado preferencialmente na rede de ensino regular.

Conforme o direito da criança e do Adolescente é dever dos pais matricular o aluno na escola regular mesmo sendo portador de qualquer tipo de deficiência sendo assim obrigatoriamente que haja educação para todos e sem discriminação de credo, etnia, raça, sexo ou que contenha NEE (Necessidade Educacionais Especiais).

Para que o setor de AEE possa desempenhar suas ações de maneira eficaz, necessitamos de professores capacitados para atuar no ensino com estes alunos. Desta forma existem programas para capacitação de professores disponibilizados pelo governo<sup>2</sup> todos os anos.

### **3.2. Quem faz parte do Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado deve ser ofertado para crianças que apresentem todo e qualquer tipo de necessidades educacionais especiais. Segundo a política nacional de Educação Especializada na perspectiva de educação inclusiva de janeiro de 2008, os alunos que reportam qualquer tipo de deficiência, transtornos globais e altas habilidades tem direito à disponibilização em suas escolas, do ensino de maneira adequada às necessidades especiais de cada aluno.

---

<sup>2</sup> Podemos citar a plataforma [\\_avamec.mec.gov.br](http://avamec.mec.gov.br), é uma plataforma criada pelo governo com intuito de oferecer cursos gratuitos para professores, graduandos, pais e alunos que tenham interesse em adquirir conhecimento sobre diversas áreas.

Cabe destacar ainda que no decreto nº6.571 de 18 de setembro de julho de 2008, consta acerca do público-alvo três pontos centrais do atendimento especializado que são:

1. **Alunos com Deficiência:** Engloba todos aqueles que possuem impedimentos de longo prazo de natureza intelectual, física, mental ou sensorial. Inclui-se os alunos com deficiência mental, deficiência física, surdez, deficiência auditiva, cegueira, baixa visão, surdocegueira ou deficiência múltipla.
2. **Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento(TGD):** Engloba os alunos que apresentam alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, que compromete na comunicação nas relações sociais ou estereotípias motoras. Portanto insere os alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtornos invasivos e outra especificação e transtorno desintegrativo da infância (psicoses).
3. **Alunos com Altas habilidades/superdotação:** Engloba todos os casos que apresentam habilidades elevadas dentre de múltiplas áreas do conhecimento: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, criatividade e artes.

Dentro de todos os casos apresentados através dessas definições, o Atendimento Educacional Especializado engloba todos os casos que a escola deve incluir e fornecer em período oposto o ensino especializado, mas caso a escola não possua infraestrutura e nem profissionais o aluno deve ser encaminhado para uma escola que contenha o ensino com suas necessidades.

Ao professor inserir a educação inclusiva em sala de aula utilizando os recursos que possuem juntamente com o suporte do mentor facilita o aprendizado do aluno assim como o pensar de (Capellini;Rodrigues, 2009)“[...] importante que o professor atente para as diferenças existentes entre os alunos como um recurso capaz de enriquecer as atividades educativas”.

O AEE no município investigado, abrange diversas necessidades, como transtorno do espectro autista (TEA), transtorno Déficit Atenção Hiperatividade (TDAH), dislexia, transtorno do desenvolvimento intelectual (TDI), altas habilidades/superdotação, deficiência múltipla (DM) e deficiência visual.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme descrito por Kanner em 1943, caracteriza-se como um grupo de crianças com inabilidade para se relacionar, tendência ao isolamento, falha na linguagem para a comunicação e extrema necessidade de manter-se na "mesmice" (Vargas, 2011).

Segundo o livro "Transtorno do Espectro Autista: Desafios da Inclusão", ele oferece uma definição mais precisa sobre as reações, descrevendo sintomas como ausência ou atraso na fala, dificuldades de compreensão e uso de palavras sem contextualização. Também relata dificuldades nos relacionamentos e reações exacerbadas às sensações. (Santos; et all, 2020)

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico com causas genéticas, surgindo na infância e muitas vezes persistindo ao longo da vida. Caracteriza-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade, sendo ocasionalmente chamado de DDA (Distúrbio do Déficit de Atenção).

A Dislexia trata-se de um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, manifestando-se em dificuldades com habilidades específicas de linguagem, especialmente na leitura. Caracteriza-se por dificuldades no reconhecimento preciso e/ou fluente das palavras, na decodificação e soletração.

### **3.3. Dimensionamento da quantidade de profissionais envolvidos no processo de formação de AEE.**

Segundo a Política Nacional de Educação Inclusiva (PNEI), o Atendimento Educacional Especializado:

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e /ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008)

Com base nessa definição, compreende-se que a educação inclusiva vai além da simples colocação de alunos com deficiência na sala de aula comum,

portanto a importância de abordagens específicas e personalizadas é garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente da vida escolar.

Em geral a importância de se dimensionar a quantidade de profissionais envolvidos no processo de atendimento especializado é determinado por diversos aspectos conforme as necessidades que a escola contém como:

- **Necessidades individuais:** Conforme as necessidades dos alunos, portando uma deficiência com grau intensivo, por acaso a quantidade de profissionais que contém a instituição não atende às necessidades específicas do aluno, a coordenação irá providenciar um profissional capacitado para atender as necessidades especiais do aluno.
- **Tipo de deficiência:** O tipo e o grau do aluno influenciam diretamente
- **Experiência e Capacitação do Profissional:** Sem a capacitação de profissionais influenciam diretamente para a contratação de um profissional na área.

A necessidade de profissionais capacitados dentro do atendimento especializado é fundamental para garantir um ambiente inclusivo e de qualidade para os alunos com necessidades especiais. Isso não apenas beneficia diretamente esses alunos, mas também promove uma cultura inclusiva em toda a instituição educacional.

De acordo com a pesquisa explorada na cidade de Colorado do Oeste , a escola A, possui um número de seis profissionais atuantes, para vinte e dois alunos, já na escola B, possuem cinco profissionais atuantes para vinte e nove alunos, contendo no Atendimento Educacional Especializado professores e monitores no setor da sala multifuncional.

Segundo as entrevistas 100% da equipe declarou que a quantidade de profissionais que contém o Atendimento Especializado é adequada para o número de alunos, porém 100% respondeu que necessitaria de melhorias, principalmente na oferta de capacitação dos profissionais, pois contém caso de funcionários do atendimento especializado trabalhando sem ter capacitação específica para trabalhar com o aluno pois sua área ainda está em processo de formação.

### 3.4. Relacionando a formação dos Professores em AEE com sua atividade fim.

O papel fundamental desempenhado pelos professores no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é intrínseco à promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Nesse contexto, a formação dos educadores desempenha um papel crucial, pois está diretamente ligada à sua capacidade de atender de maneira eficaz às necessidades diversificadas dos alunos com deficiência.

Ao relacionar a formação dos professores em AEE com sua atividade fim, emergem aspectos essenciais que moldam não apenas o desenvolvimento profissional, mas também a qualidade do suporte educacional oferecido. Esta análise busca explorar a interconexão vital entre a preparação dos educadores e o impacto positivo que essa formação pode ter na excelência de suas práticas pedagógicas e, por conseguinte, no pleno desenvolvimento acadêmico e social dos alunos atendidos.

Conforme a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 aborda sobre o papel do professor:

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

- I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
- II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
- III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

As formações oferecidas aos professores são planejadas de acordo com as necessidades dos alunos da instituição. Assim, os professores contam com apoio de

formação, mas, o problema evidente é a falta de execução frequente, contrariando o que seria ideal.

A presença de profissionais capacitados no AEE, exerce uma influência significativa na qualidade e eficácia dos serviços oferecidos, especialmente quando comparados a situações em que os profissionais não têm a devida capacitação. Aqui estão algumas maneiras pelas quais um profissional capacitado pode impactar positivamente o ambiente educacional em comparação com um profissional não capacitado:

#### **Atendimento Personalizado:**

- Profissionais capacitados possuem conhecimento sobre estratégias e técnicas específicas para atender às necessidades individuais de cada aluno. Podendo desenvolver planos de atendimento mais personalizados, considerando as características únicas de cada estudante com necessidades especiais.

#### **Utilização de Recursos Especializados:**

- Profissionais capacitados estão familiarizados com tecnologias assistivas, materiais adaptados e outras ferramentas específicas para apoiar o aprendizado de alunos com deficiência. Conseguem selecionar e implementar recursos especializados de maneira mais eficaz.

#### **Desenvolvimento de Estratégias Pedagógicas Inclusivas:**

- Profissionais capacitados têm conhecimento sobre práticas pedagógicas inclusivas, adaptando o conteúdo e as atividades de acordo com as necessidades dos alunos. São capazes de promover um ambiente mais acolhedor e integrado, favorecendo a participação de todos os estudantes.

#### **Avaliação Adequada:**

- Profissionais capacitados são mais aptos a realizar avaliações adequadas para identificar as necessidades específicas dos alunos. Sabem interpretar os resultados das avaliações de maneira mais eficiente, fornecendo uma base mais sólida para o desenvolvimento de estratégias de ensino.

#### **Formação Continuada:**

- Profissionais capacitados estão mais propensos a buscar formação continuada, mantendo-se atualizados sobre as melhores práticas e avanços na área de educação especial. Podem contribuir para a disseminação de conhecimentos dentro da equipe escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem contínua.

#### **Colaboração Efetiva:**

- Profissionais capacitados têm habilidades para colaborar eficazmente com outros membros da equipe escolar, promovendo a integração e a troca de experiências. Aptos à liderar ou participar de reuniões de planejamento pedagógico, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias inclusivas.

#### **Atuação Consciente da Legislação:**

- Profissionais capacitados possuem conhecimento das leis e políticas relacionadas à educação especial, garantindo o cumprimento das normativas e direitos dos alunos com deficiência.

### **3.5. Aspectos Legais e políticas públicas**

É importante ressaltar que a eficácia das políticas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um processo que assegura o aluno deficiente a estar frequentando o ambiente escolar garantido pelo Estatuto da criança e do adolescente na lei nº 8069, 13 de julho de 1990.

O diálogo aberto entre os envolvidos, a avaliação constante e a disposição para ajustar estratégias são elementos-chave para promover uma educação

inclusiva e de qualidade. Conforme estabelecido pela Lei de 1961, nº 4.024/61, Artigo 88, a educação de seleção deve, na medida do possível, integrar-se ao sistema geral de educação, passando à inclusão na comunidade.

Conforme assegura a lei 1961, nº 4.024/61, a escola tem o dever de incluir o aluno sem discriminação de qualquer deficiência. Segundo a Nota Técnica SEESP/GAV nº 11/2010 detalha sobre as diversas funções que o professor do Atendimento Educacional Especializado precisa fornecer:

Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento 12 curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores (BRASIL, 2010).

A partir da menção, torna-se evidente o papel crucial do professor na educação especializada, e o dever do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é capacitar os profissionais atuantes de maneira abrangente. Sua formação deve englobar diversos conhecimentos treinados, preparando-os para lidar com qualquer necessidade específica.

Segunda a lei nº5.692/71, que altera LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove um ensino com capacidade de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

De acordo com a lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 reafirma sobre os direitos e assegura sobre as condições de igualdade:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a

assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Conforme a lei de 1961 nº4024/61 e 5.692/71 asseguram aos alunos que possuem deficiência, seja qual for a natureza dela. A escola regular deve ser o primeiro local ao qual os pais recorrem, e é dever da escola inserir esse aluno, disponibilizando todos os recursos necessários para o seu aprendizado.

#### 4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

O atendimento educacional especializado nas escolas municipais consiste na realização das matrículas dos alunos que possuem laudo e necessitam de atendimento especializado. Caso seja necessário, o mentor ou mentora é disponibilizado para o aluno assim que feito a matrícula no Atendimento Educacional Especializado AEE, após uma reunião para analisar as necessidades específicas do aluno, pois os profissionais que compõe na sala de atendimento cada um tem uma especialização diferenciada.

Caso não haja um profissional na escola capacitado para trabalhar com este aluno, é feita uma solicitação de um profissional da área para atuar no ensino do aluno, junto ao professor do ensino regular, utilizando os meios necessários, como materiais adaptados, jogos de tabuleiro, peças em diversos formatos geométricos e peças que os professores utilizam para separar cores. Também é trabalhada a matemática lógica, pois a separação de grupos faz parte do ensino matemático.

Durante as aulas, caso os professores identifiquem alunos com dificuldades de aprendizado, isso é relatado juntamente com os pais para análise. Após uma verificação, se o aluno apresentar alguma condição de necessidades específicas, ele será encaminhado para análise com a psicopedagoga que direcionará a um psicólogo, assim dando encaminhamento para realizar exames médicos e assim portando com um laudo realizará a matrícula no atendimento especializado, onde receberá um atendimento individualizado de acordo com suas necessidades específicas.

A respeito da rede de apoio, Heredero (2010) expõe que:

Os sistemas educativos têm organizado um recurso para as escolas, chamado rede de apoio, que se constitui de um conjunto de serviços oferecidos pela escola e comunidade em geral, que objetiva dar respostas educativas para as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos com deficiência. (Herederro,2010)

Esse ponto merece destaque, pois dentro da perspectiva da Educação Inclusiva há necessidade permanente de construção de redes de apoio e/ou redes de colaboração entre as diferentes áreas de conhecimento como suporte ao trabalho pedagógico desenvolvido pela escola regular.

Conforme as entrevistas, os atendimentos que o município realiza nas escolas regulares do ensino fundamental II e ensino médio incluem: transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção hiperatividade, dislexia, transtorno do desenvolvimento intelectual, altas habilidades/superdotação, deficiência múltipla e deficiência visual.

Os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma das escolas do município são designados com base na quantidade de alunos. De acordo com as necessidades específicas identificadas a cada ano letivo, mais funcionários podem ser contratados para atender às demandas individuais de cada estudante.

Na Escola A, cinco professores atendem a um total de vinte e dois alunos. Já na Escola B, o número de alunos é mais elevado, totalizando vinte e nove, com seis professores. Essa disparidade dada a complexidade nos atendimentos, aponta para a necessidade de contratação de mais profissionais, a fim de garantir um atendimento adequado e personalizado para todos os alunos.

O desempenho dos professores no trabalho ativo do ensino individualizado foi analisado para entender como tem evoluído. Em uma das escolas, a disparidade no nível de ensino foi notável, destacando-se pela excelência na criatividade dos professores ao desenvolverem materiais personalizados para instruir os alunos. Isso contrasta com a segunda escola, onde essa capacidade criativa é menos evidente. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo na ausência dessa criatividade, o acompanhamento cuidadoso dos monitores tem aprimorado significativamente a interação dos estudantes, tanto dentro como fora das salas de aula.

Ainda assim, a pesquisa visou mesmo que de maneira secundária compreender em profundidade como a criatividade dos professores na elaboração de materiais didáticos influencia diretamente na qualidade do ensino individualizado. Além disso, buscou-se explorar como a presença dos monitores, mesmo em contextos menos criativos contém um impacto positivamente na experiência educacional dos alunos, promovendo uma interação mais eficaz e enriquecedora.

Cabe a coordenação do AEE direcionar tantos os professores do ensino regular e aos tutores que acompanham dentro do ensino especializado fazer o desenvolvimento do ensino para cada aluno atendido de forma específica a sua necessidade. Ao fazer uma análise nas escolas municipais a verificação de materiais que são utilizados para o ensino é de forma básica que dá pra fazer o aluno caminhar mas o porém a evolução deste aluno caso haja, os matérias que contém na sala especializada não é o suficiente para suprir todas as necessidades que surgirem devido conter um material básico

Um aspecto muito interessante verificado em ambas as escolas é o esforço que os professores de matemática empenham para trabalhar com os materiais disponíveis na escola. Em específico, em uma das escolas, uma professora, ao trabalhar um conteúdo de potenciação com a turma, utilizou os recursos que tinha, como cubos e pecinhas para multiplicar, conseguindo, assim, explicar para a aluna com deficiência visual, o que estava ensinando aos demais da turma.

E foi analisado o desenvolvimento da turma em relação ao aluno portador de deficiência em que mesmo havendo atividades diferenciadas pelos professores a inclusão de fato foi desempenhada, pois nas atividades dinâmicas em que a professora havia realizado com toda a turma a tutora desta aluna portadora de deficiência visual estava auxiliando e juntamente com a professora para que ela participasse da aula lúdica.

A análise comparativa entre as duas escolas proporcionou percepção valiosa sobre as diferentes abordagens pedagógicas, enfatizando tanto a importância da inovação por parte dos professores quanto a relevância do suporte contínuo dos monitores. Essa compreensão mais aprofundada contribuiu para a identificação de melhores práticas que podem ser implementadas em ambas as escolas, com o

objetivo de aprimorar ainda mais o ensino individualizado e proporcionar um ambiente educacional mais enriquecedor para todos os alunos.

O propósito integral desta pesquisa foi destacar a importância da capacitação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, ao mesmo tempo, avaliar o impacto dessa capacitação no contexto do ensino individualizado. O objetivo central foi analisar como a formação desses profissionais tem se refletido na eficácia do atendimento personalizado oferecido aos alunos.

A ênfase da pesquisa reside na compreensão de como a capacitação dos professores influencia positivamente o ambiente educacional, e também se traduz de maneira tangível no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos que necessitam de atenção especial. A investigação identifica alguns aspectos específicos em que a capacitação dos docentes contribui para práticas pedagógicas mais eficientes e inclusivas, gerando impactos significativos no processo de aprendizado individualizado.

Dessa forma, os resultados aqui trazidos não apenas apontam para a importância da capacitação dos professores no AEE, mas também para a necessidade em oferecer uma visão mais aprofundada sobre como essa capacitação se traduz em diferenças concretas para melhoria, no ensino personalizado, destacando práticas e estratégias que demonstram a relevância desse investimento na formação dos educadores.

Destacamos abaixo o quadro de perguntas e respostas da pesquisa realizada:

**QUADRO 01 – Eixos de abordagem**

<b>CATEGORIAS INVESTIGADAS</b>	<b>ESCOLA A</b>	<b>ESCOLA B</b>
<b>Profissionais atuantes no AEE</b>	6	5
<b>Total de Alunos do AEE</b>	29	22
<b>Tipos de atendimentos especializados</b>	a) Autismo b) TDI(transtorno	a) Autismo b) TDI(transtorno

	Desenvolvimento Intelectual) c) Dislexia múltipla d) Altas habilidades/ Superdotação	Desenvolvimento Intelectual) c) TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) d) Dislexia e) Deficiente visual
<b>Materiais pedagógicos adequados aos alunos</b>	50% dos profissionais entrevistados para a pesquisa concordam parcialmente e 50% dos entrevistados discordam parcialmente	64% dos profissionais que foram entrevistados concordam totalmente e 33% dos profissionais discordam totalmente
<b>Número de profissionais atuantes de acordo</b>	100% dos profissionais que participaram do estudo, concordam totalmente	100% dos profissionais que participaram do estudo, concordam totalmente
<b>atividades pedagógicas de acordo com as idades dos alunos</b>	50% dos profissionais entrevistados concordam parcialmente e 50% dos profissionais concordam totalmente	33% concordam parcialmente e 64% dos profissionais entrevistados concordam totalmente
<b>Atendimento Especializado precisa de mais melhorias</b>	100% dos profissionais que participaram do estudo, concordam totalmente	64% dos profissionais entrevistados concordam totalmente e 33% dos profissionais entrevistados discordam totalmente
<b>Capacitação disponibilizada em qual frequência</b>	100% apontaram que ocorre uma vez a cada ano	50% apontaram que ocorrem uma vez no ano e 33% constataram que já ocorreu semestralmente
<b>A capacitação recebida tem sido adequada às atribuições necessárias para o desenvolvimento.</b>	concorda totalmente e não recebeu nenhuma capacitação durante seu período de trabalho. (quais percentuais?)	100% dos profissionais envolvidos, concordam totalmente.

<b>Sugestões deixadas para ação formativa complementar</b>	100 % dos profissionais entrevistados sugeriu Tecnologia Assistiva e 50 % dos profissionais entrevistados sugeriu capacitação aos monitores e mediadores dos alunos Autistas	33 % dos profissionais entrevistados sugeriram Tecnologia Assistiva e 64% dos profissionais entrevistados sugeriram oficinas de ações de aulas
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a coleta de dados, observamos que o atendimento especializado em andamento, na perspectiva dos professores, está sendo conduzido de maneira adequada. No entanto, identificamos oportunidades de aprimoramento, especialmente no que diz respeito às Tecnologias Assistivas (TA). Dessa forma, visamos a contínua melhoria na qualidade do atendimento especializado, garantindo um suporte mais abrangente e efetivo aos alunos.

Ao analisar os resultados obtidos da pesquisa em relação ao quantitativo de alunos e professores, observou-se que, embora haja 51 alunos para os profissionais que estão atuando, segundo os mentores, não há necessidade de mais profissionais. O problema da pesquisa foi abordado de maneira a mostrar que o percentual de 11 profissionais em relação ao quantitativo de 51 alunos no município é elevado; no entanto, foi identificado um problema relacionado à ausência de material pedagógico de matemática.

Em relação às sugestões deixadas pelos professores, uma das propostas seria a implantação de tecnologias e assistência aos educadores no manuseio dessas ferramentas, para que possam incluir os alunos com necessidades especiais, não apenas na sala de atendimento individual, mas também na sala de ensino regular. Os professores desenvolvem atividades que necessitam desses recursos para que os alunos sejam incluídos e participem efetivamente das aulas.

Como foi abordado na pesquisa com os professores e tutores dos alunos entrevistados, sugerimos a implementação de mais treinamentos para os monitores e a avaliação de outros aspectos que possam contribuir para a eficiência e eficácia desse serviço, pois como sugeridos pelos entrevistados a capacitação em

tecnologias assistivas(TA) tem de suma importância, pois a tecnologia que é fornecida para os alunos a (TA) faz com que todo indivíduo com necessidades educacionais especiais possa ser incluso.

O investimento na formação contínua desses profissionais é crucial para gerar um impacto significativo na vida dos estudantes com necessidades especiais, capacitando-os para um futuro mais inclusivo e promissor. Conforme evidenciado pela pesquisa, os professores e monitores que atuam no atendimento especializado estão constantemente em busca de aprimoramento do ensino. Esse aprimoramento se reflete, por exemplo, na criação de grupos de WhatsApp dedicados à disponibilização de cursos de curta duração.

Esses grupos, ao oferecerem cursos de poucas horas, proporcionam uma maneira eficaz e ágil de compartilhar conhecimentos e estratégias pedagógicas atualizadas. A troca de experiências e materiais didáticos nesses espaços virtuais contribui para enriquecer as práticas educacionais, possibilitando que os profissionais estejam sempre atualizados com as melhores abordagens para lidar com as demandas específicas dos estudantes com necessidades especiais.

Além disso, é importante destacar que essa busca constante por aprimoramento não apenas beneficia os profissionais envolvidos, mas também reverbera positivamente na qualidade do atendimento prestado aos alunos, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado às diversidades. Dessa forma, o investimento contínuo na formação desses profissionais se configura como um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma educação mais acessível e equitativa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigando o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, observa-se que as aulas são realizadas por agendamento e seguem conforme as necessidades básicas de cada aluno. Os mentores auxiliam os alunos nos trabalhos e atividades de sala de aula. As aulas ocorrem na sala multifuncional, onde os professores ou monitores utilizam jogos de tabuleiro e peças de diversas cores e tamanhos para desenvolver o raciocínio lógico.

Conforme abordado na pesquisa, os atendimentos oferecidos pelas escolas municipais de Colorado do Oeste abrangem: autismo, transtorno do desenvolvimento (TDAH), dislexia, transtorno do desenvolvimento intelectual (TDI), altas habilidades/superdotação, DM (deficiência múltipla) e deficiência visual.

A sala multifuncional é para todos os alunos que possuem deficiência transtornos globais e altas habilidades/superdotação, mas nem todos os alunos que possuem alguma deficiência necessariamente precisa do atendimento especializado pois há casos que o grau de deficiência é leve sendo desnecessário o atendimento especializado.

A importância da capacitação de professores para a melhoria da formação e amplitude no atendimento educacional foi verificada, observando-se que o governo oferece alguns cursos, pelo menos uma vez por ano, para esses educadores. Sendo poucos os cursos disponibilizados, os instrutores recorrem a pequenos cursos auxiliares para uma melhor abordagem pedagógica. A capacitação continuada para os professores é de grande importância, pois melhora o desenvolvimento das aulas e amplia o campo educacional do professor.

Entende-se que a investigação desenvolvida na área do ensino matemático é fundamental no atendimento especializado. Fatores como a falta de materiais comprometem o ensino do aluno com necessidades específicas. Foram estudados autores e outros artigos que abordam a educação especializada, o atendimento inclusivo e as tendências metodológicas relacionadas a aprendizagem.

Concluímos que a importância da capacitação dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado é fundamental para criar uma base sólida que sustente a missão de uma educação verdadeiramente inclusiva e externa para o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Nesse sentido, seria crucial aumentar a frequência das capacitações ao longo do ano em relação à qualificação dos funcionários atuantes no Atendimento Educacional Especializado, a fim de reduzir o intervalo e possibilitar a participação de um maior número de profissionais envolvidos na prática do atendimento individualizado.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? In: FAVERO, O; FERREIRA, W. (Orgs). Brasília – DF: UNESCO. 2009.

ALMEIDA, Gil Derlan Silva; SILVA, Roseilda Maria da; SILVEIRA, Thiago Coelho. Diálogos e contrapontos: estudos interdisciplinares. Ano 23, vol. 2, n. 01. In.: Perspectivas para a formação de trabalhadores: relato de experiência de um curso de formação em recursos humanos. Disponível em: <<http://isesjtperiodicos.com.br/index.php/dialogosecontra pontos/article/view/46>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 edição. – São Paulo: Atlas, 2022.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum, Education. Maringá, v.3\v.2, n.2, 2010.

<https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/> . Acesso em 09 de agosto de 2024

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2138831](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2138831) > Acesso em: 11 de agosto de 2024.

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20-%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20espec%3ADficas](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20-%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20espec%3ADficas) > Acesso em: 11 de agosto de 2023.

<<https://avamec.mec.gov.br/#/curso/listar?query=educa%C3%A7%C3%A3o%20especial> > Acesso em: 12 de abril de 2024.

<<https://www.camara.leg.br/noticias/850141-projeto-do-governo-altera-ldb-para-adequar-terminologia-referente-a-pessoas-com-espectro-autista/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20226,por%20transtorno%20do%20espectro%20autista>. Acesso em: 12 de abril de 2024

<<https://www.faculdefar.edu.br/assets/documentos/tcc/pedagogia/tcc-2023-1-005.pdf> > Acesso em: 08 de maio de 2024.

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab)>. Acesso 14 de setembro de 2024.

<<https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/200-educando/material-escolar/2188-constituicao-federal-1988-artigos-205-206-208-212-214>>. Acesso 14 de setembro de 2024.

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>

Acesso 14 de setembro de 2024.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Instrução Normativa nº 12, de 21 de dezembro de 2018. Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS. Bento Gonçalves, RS: IFRS, 2018b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/IN-12-2018-PEI-publicacao.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente - 9ª Edição.

MENDES, E.G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara – SP: Junqueira & Marin. S/ed. 2010.

MÓDULO II, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) Autoras: Marcia Doralina Alves Taís Guareschi. Formação de professores para o atendimento educacional especializado. organização Ana Cláudia Pavão Siluk – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

PAVÃO, Maria de Oliveira; SILUK, Ana Cláudia Pavão. Educação especial: práticas pedagógicas a distância na formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado - AEE. ETD – Educ. temat. digit., Campinas, SP, jul./dez. 2012.

SASSAKI, R. K. 1997. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Acesso em: 15 de abril de 2023.

Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão, volume 2/ NAFPe (Núcleo de Acessibilidade Pedagógica) Fábio Junio da Silva Santos; Gláucia Rosana Guerra Benute; Gleidis Roberta Guerra; Lydiane Regina Fabretti Streapco; Stela Reginato Orozco Lopez; Sônia Maria Soares Rodrigues Pereira, 2010. Acesso 11 de agosto de 2024.